



**VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004**

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

**A
QUESTÃO
SOCIAL**

**NO NOVO
MILÉNIO**

email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

As relações do governo de Juscelino Kubitschek (1956/1961) com Portugal - as razões da contradição de JK

Waldir Rampinelli

Várias razões de diversas ordens levaram JK a formular, em relação a Portugal, uma política externa contraditória aos objetivos de sua Operação Pan-americana (OPA). Princípios como a autodeterminação, a não-intervenção, a soberania e a democracia representativa são deixados de lado para apoiar a estratégia portuguesa da longevidade de seu regime autoritário, assim como da manutenção de seu *sistema colonial*, atitudes essas desfavoráveis ao Brasil não apenas política, cultural e socialmente, mas também no aspecto econômico.

No campo político o governo brasileiro passa a ser considerado um voto favorável ao colonialismo, angariando o protesto e a desconfiança dos movimentos de libertação dos povos afro-asiáticos. O delegado indiano nas Nações Unidas – R. Jaipal –, depois de escutar a defesa do diplomata Donatello Grieco proclamando a missão civilizadora de

Portugal no além-mar, disse que “nunca ouvira uma exposição mais fiel ao ponto de vista português do que aquela que acabara de fazer o representante do Brasil”¹.

Desse modo, deixa o Brasil de assumir a função de um possível interlocutor nessa contenda internacional, principalmente nas questões relacionadas ao continente africano devido a sua proximidade histórico-cultural, perdendo a oportunidade de lançar as bases para o exercício de uma hegemonia sobre o outro lado do Atlântico. Obviamente que uma mediação com a África fortaleceria sua posição na América Latina, sendo esse, inclusive, um dos objetivos da OPA.

No aspecto cultural, o Brasil reforça uma concepção eurocêntrica que já predominava nos mais diversos setores da vida nacional. A África, apesar de perto, continua distante e só se chega a ela pelo caminho europeu².

Desse modo, corrobora o Brasil uma tese preconceituosa de que alguns povos, por estarem em um grau civilizacional dito inferior, não dispõem de uma cultura para se autogovernarem.

No setor econômico, perde o Brasil a possibilidade de intensificar relações comerciais com os governos africanos recém-independentes, deixando de ampliar mercados para o seu parque industrial que estava em franco desenvolvimento. O *Diário de Notícias* de Lisboa perguntava se não seria o caso de Portugal começar, em um futuro próximo, a importar carros do Brasil. O projeto desenvolvimentista de JK – arrancando 50 anos em cinco – não poderia deixar de analisar, sob o ponto de vista político, a aproximação com a África³, como um continente viável para a exportação de suas manufaturas em troca de outros produtos, como o petróleo angolano.

¹ **Diário de Lisboa**, p. 2, 31 jan. 1957.

² A arte, a música, a dança, os costumes e as manifestações religiosas africanas são consideradas culturas de povos inferiores e portanto toleradas, quando não reprimidas. Nas ciências sociais, mais especificamente na história, os grandes períodos são divididos com base nos *grandes acontecimentos* europeus. Assim, a época moderna começa com o Renascimento e as “descobertas” para terminar na Revolução Francesa. Até algumas desgraças, como a peste negra que varreu a Europa em 1348 e dizimou grande parte de sua população, ocasionando, segundo alguns historiadores, as crises rurais da segunda metade do século XIV, chegaram a ser aventadas como o marco do fim da Idade Média e o início da Moderna.

³ Não se fez com a África o que fora realizado com o sudeste da Ásia: o envio da Missão Gouthier, em abril de 1957, com a finalidade de estreitar laços com essa região e aumentar as relações comerciais entre o Brasil e os seus sete principais países (Irã, Tailândia, Indonésia, Cingapura, Federação Malaia, Filipinas e Hong Kong). Tratou-se de uma verdadeira ofensiva diplomática para os padrões tradicionais da política externa brasileira de então, já que se buscava a diversificação das relações econômicas e políticas, isto é, a ampliação de novos mercados. E a principal conclusão a que chegou a Missão Gouthier, além de outras em âmbito privado, foi a de uma falta de agressividade por parte do comércio exterior brasileiro no que se refere às

A Inglaterra, pragmática e negociadora, não apenas se dispôs a aceitar os *ventos de mudança* como também buscava manter relações preferenciais com os novos governos de suas antigas colônias para vender e ao mesmo tempo suprir as necessidades de seu parque industrial.

Além do mais, as relações entre Brasil e Portugal não ofereciam grandes vantagens para ambos tendo-se em vista que as economias não eram complementares, mas paralelas⁴. O próprio Paulo Cunha, ministro dos Negócios Estrangeiros, explica uma das razões da opção brasileira dizendo que

Não se deve esquecer também que importantes resultados práticos, efetivos e concretos, foram conseguidos. Tive a satisfação de assinar o Acordo Comercial entre Portugal e Brasil, que espero represente ter-se achado o equilíbrio desejável entre as duas economias, dentro da dificuldade de serem paralelas e não complementares. Foi necessário, para tanto, que os dois países se convencessem, como se convenceram, de que as relações econômicas entre eles não podem ser apreciadas, dirigidas e moldadas por critérios econômicos e financeiros normais. Têm de se enquadrar num esquema em que entrem fatores de ordem afetiva. E estes estiveram realmente presentes⁵.

1. Razões de ordem ideológica

Juscelino atribuía ao subdesenvolvimento econômico a grande razão da entrada do *comunismo internacional* na América Latina. Repetia, à exaustão, quer nos seus discursos, quer nas suas entrevistas, quer nos seus escritos que o Brasil, como os demais países do subcontinente, necessitava de um processo industrial-desenvolvimentista para superar o estágio primário-exportador. Por isso, solicitava aos governos capitalistas desenvolvidos, em especial aos Estados Unidos, que fizessem investimentos diretos nessas regiões. Declarava que “pertencemos ao Ocidente”, mas o inimigo quase sempre é interno e não externo⁶.

exportações. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Missão especial ao sudeste da Ásia, ano ii, n. 7, p. 115-118, Rio de Janeiro, set. 1959.

⁴ Ao contrário, segundo o próprio Salazar, quem ganha é Portugal, já que “a influência do câmbio brasileiro será por muito tempo ainda decisiva. Impotentes para lhes guiar-mos os movimentos, importa anular tão estreita dependência, o que só se conseguirá combatendo a ação das suas baixas desregradas com a existência de créditos tão importantes, que uma diminuição, ainda forte, nas remessas brasileiras, não impossibilite ou dificulte sequer as nossas liquidações internacionais”. SALAZAR, Oliveira. **Ágio do ouro**. (Coord. de Nuno Valério). Lisboa: Edição do Banco de Portugal, 1997, p. 148.

⁵ CUNHA, Paulo. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN-TT) /Arquivo Oliveira Salazar (AOS) p. 17.

⁶ Archer afirma que “o problema do comunismo era permanentemente um fantasma para ele [refere-se a JK]. Embora eleitoralmente fosse capaz de até jogar com isto, ele tinha pavor de que alguém pensasse que ele pudesse ter alguma tendência para o comunismo”. ARCHER, Renato. **Renato Archer – Depoimento 1977-8**, CPDOC/FGV, 1979, p. 439.

Em Washington, em visita ao Senado, afirmou que “para combater as idéias extremistas no meu país – idéias defendidas por uma escassa minoria – é, sobretudo, necessário elevar o Brasil à altura do seu destino e trabalhar sem descanso para aumentar o nível de vida, como vós fizestes neste país”. E reafirmava que somente através do “desenvolvimento e expansão” se poderia eficazmente resolver os problemas sociais. Embora tivesse recebido apoio dos comunistas na eleição presidencial⁷, respondeu a um jornalista estadunidense, ser no Brasil o voto obrigatório e secreto e que não fizera qualquer acordo com tal partido, defendendo inclusive a sua não-legalização⁸.

Enquanto Kubitschek agradava ao governo de Washington em sua recente passagem pelos Estados Unidos ao reafirmar seu alinhamento ideológico no contexto da Guerra Fria, também tivera pronta repercussão naquela capital o discurso proferido por Salazar no dia 19 de janeiro de 1956 no qual apresentara uma “arraigada posição anticomunista, que tornou Portugal um baluarte da defesa ocidental contra as intromissões revolucionárias dos comunistas”⁹.

Se Juscelino defendia uma política ocidental sob a hegemonia dos Estados Unidos, para Salazar “a Europa e a América são o Ocidente, tendo-se em conta que a primeira é o berço de uma civilização que tem dirigido os destinos mundiais” e a segunda dela é originária¹⁰.

Por isso, em política internacional ambos tinham convergências. Quando o ditador Fulgêncio Batista, exilado na República Dominicana, tentava derrubar o novo governo cubano, tensionando a região do Caribe, a Casa Branca solicitou a intervenção do Brasil para revolver o problema. Horácio Lafer chamou então o embaixador Manuel Rocheta a sua casa e manifestando preocupação pelo caso afirmava que o Brasil, em princípio, poderia acolher o fugitivo. No entanto, devido à proximidade a Cuba e a uma possível perda da posição brasileira de arbitragem no conflito, solicitava a Portugal o favor de fazê-lo, “movido unicamente pelo desejo [de] prestar um serviço à causa [da] paz na América e por não haver outro país fora do Continente americano a que o ligassem relações tão

⁷ “Juscelino se elegeu com uma maioria de meio milhão de votos. E eu penso que esse meio milhão veio do PCB”. GORENDER, Jacob. O Partidão nos tempos de Juscelino. *Caros Amigos*, São Paulo, ano vi, n. 63, jun. 2002, p. 22. Entrevista concedida ao autor. São Paulo, 9 abr. 2001.

⁸ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Diário de Notícias*. Lisboa, , p. 5, 6 jan. 1956.

⁹ *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1, 24 jan. 1956.

íntimas de amizade e ao qual pudesse dirigir-se com tanta liberdade e franqueza”¹¹. E pedia urgência, pois, como participaria dentro de poucos dias de uma reunião em Santiago do Chile, pretendia apresentar àquela conferência a solução para o problema.

Embora para o regime salazarista fosse um tanto complicado acolher Fulgêncio Batista, no entanto, se o Brasil tornasse público o seu pedido, afirmou Rocheta, os inconvenientes apontados poderiam ficar consideravelmente reduzidos. Por fim, Lafer pediu que o assunto fosse levado ao conhecimento do presidente do Conselho de Ministros, “que como estudioso [de] Economia e Finanças seguia há muito com a maior admiração [a] obra notável [que] vem realizando, pelo que além de sua amizade por Portugal [a] sua atuação como Ministro se inspiraria também nessa admiração [e] na apreciação [dos] problemas luso-brasileiros¹².

Poucos dias depois, o embaixador dos Estados Unidos, conforme acordado, entregava uma nota ao ministro dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, afirmando que a concessão do asilo “poderia ser uma contribuição definitiva para a manutenção da paz nas relações do Caribe”. Uma vez na posse desse documento, “cujos termos particularmente incisivos correspondem à solicitação prévia que tínhamos feito ao governo de Washington [um apelo por escrito], demos hoje instruções ao Consulado em Nova York para conceder vistos para residência na Madeira a Batista, sua família e um número razoável de membros de sua comitiva”. Por fim, o representante estadunidense manifestou, em nome de seu governo, os seus agradecimentos pela decisão portuguesa¹³.

Uma vez resolvido diplomaticamente o problema, o ministro dos Negócios Estrangeiros fez questão de que fosse comunicado ao ministro Horácio Lafer, já no Chile, a decisão portuguesa, “dando assim ao Brasil uma prova [de] nosso desejo [em] facilitar [a] sua intervenção na resolução daquele problema”.

O regime salazarista atendera ao pedido, mas fizera com que o mesmo constasse em um documento para futuras negociações. E Batista foi para a paradisíaca Madeira.

¹⁰ SALAZAR, Oliveira. Apontamento sobre a situação internacional. Luanda, Imprensa Nacional de Moçambique, 1956, p. 5.

¹¹ Telegrama da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro (confidencial). Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), 11 ago. 1959.

¹² Telegrama da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro (confidencial). MNE, 7 ago. 1959.

¹³ Telegrama da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro (confidencial). MNE, 11 ago. 1959.

Tão boas eram as relações entre os dois governos que, ao referir-se ao Brasil em um de seus discursos na defesa do colonialismo, assim se expressou Salazar:

Mais de 300 anos trabalhamos no Brasil, inspirados pelo mesmo ideal, e o que ali passou a observar-se é verdadeiramente extraordinário: o Brasil tem as portas abertas a gente de quase todo o mundo, caldeia-a na variedade dos seus elementos demográficos, absorve-a, assimila-a e não diminui em lusitanidade. Entre os países para cuja formação contribuíram raças diferentes, nenhum como ele apresenta tão completa ausência de traços racistas na legislação, na organização política, na conduta social. Ele é a maior experiência moderna de uma sociedade pluri-racial, ao mesmo tempo que exemplo magnífico da transposição da civilização ocidental nos trópicos e no continente americano. Pacífico, estável, dinamicamente progressivo, o Brasil, mesmo ao rever-se nas suas criações próprias, não tem que maldizer das origens nem renegar a sua pátria¹⁴.

Na verdade, a grande diferença entre os dois governos se dava no plano interno. Enquanto um defendia a democracia burguesa com prazos eleitorais e liberdade de imprensa, o outro havia instaurado um Estado corporativista com uma polícia política e uma comissão de censura. Lúcio Flávio de Almeida diz que,

Durante o governo de JK, as lutas populares tiveram avanços consideráveis. As Ligas Camponesas constituíram-se como ator político cada vez mais influente; o salário mínimo teve aumentos reais; a reforma agrária foi inserida no debate político; houve uma campanha contra a fome; o movimento sindical, mesmo envolto nas teias do corporativismo, chegou a realizar greve política; círculos nacionalistas surgiam nas classes populares (especialmente na classe média) como enchentes depois da chuva; [e] houve muita pressão em favor do sufrágio universal¹⁵.

O historiador português Fernando Rosas, ao analisar a longevidade do regime salazarista, apresenta razões externas e internas. Entre as externas aparecem a) a condição periférica de Portugal no sistema mundial, com uma economia rural tradicional cujas crises são amortecidas pela retaguarda do campo ou pelos mercados coloniais; b) a manutenção do império ultramarino e seu papel histórico, fundamental e decisivo no retardamento da democratização; e c) a posição geoestratégica do país que possibilitou a seu governo tirar vantagens não apenas dos grandes conflitos mundiais, mas também dos regionais, como a guerra civil da Espanha¹⁶.

Já sobre as razões internas Rosas fala a) do peso econômico do mundo rural tradicional; b) de uma classe dominante sem setores capazes de hegemonizar processos de

¹⁴ SALAZAR, Oliveira. Portugal e a campanha anticolonialista (discurso). Secretariado Nacional da Informação. Lisboa, 30 nov. 1960, p.11-12.

¹⁵ ALMEIDA, Lúcio Flávio de. De JK a FHC: apontamentos para a análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo. In: RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. D. (Orgs.). **No fio da navalha**: crítica das reformas neoliberais de FHC. 2. ed. São Paulo: Editora Xamã, 1998, p. 42-43.

¹⁶ ROSAS, Fernando. Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política. In: ROSAS, Fernando; BRITO, José M. Brandão de. **Salazar e o salazarismo**, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989 p. 17-22.

mudança ou conservação; e, finalmente, c) da “relativa debilidade social e política das forças sociais naturais de contestação do regime, isto é, o proletariado industrial”¹⁷.

Quando passava pela última fase de seu governo – a da decadência, chamada por outros de o *último combate*¹⁸ –, respondendo a um telegrama de vários generais e civis da Legião Portuguesa *Penha de França* que o cumprimentavam pela “decisão, de 13 de abril de 1961, de permanecer e continuar” com a tese do Portugal pluricontinental, isto é, colonial, Salazar agradece e reitera a manutenção dos “destinos da pátria”¹⁹. Não há, portanto, nem nos momentos em que os sinais do início do término se mostram com mais evidência, a menor possibilidade de uma transição pela via *passiva*.

2. Razões de ordem afetivo-histórica

As razões de ordem afetivo-histórica constituem uma característica própria da segunda fase²⁰ das relações entre Portugal e o Brasil. Alguns intelectuais brasileiros, juntamente com outros portugueses, trabalharam a tese que Augusto de Castro chamava de *Os Estados Unidos da Saudade*.

Olavo Bilac e Sílvio Romero realçam o papel dos portugueses na construção e no desenvolvimento do Brasil. Igualmente, João do Rio fomentou uma maior aproximação entre os dois países. Pelo lado de Portugal, aparecem os trabalhos de Alberto de Oliveira, João de Barros e José Osório de Oliveira.

A partir dos anos 1930 os governos do Brasil e de Portugal assumem um perfil nacionalista e autoritário que desembocará em ambos os países na forma do *Estado Novo* com características e nuances diversas. Enquanto Vargas apostava em um incipiente processo de industrialização com uma formação social e sindical em ascensão controlada –

¹⁷ Idem.

¹⁸ Refiro-me a Franco Nogueira, que escreveu uma coletânea de seis volumes sobre Salazar e ao último deles deu este nome como subtítulo. Compreende a fase da guerra colonial (1961-1970).

¹⁹ Telegrama. AN-TT/AOS, 14 abr. 1965.

a classe operária –, munido de uma legislação trabalhista, por sua vez Salazar imaginava a indústria tão-somente para abastecer as necessidades internas e mantinha o país no estágio do agrarismo para fazer de *Portugal horta e pomar da Europa*.

Um grupo de estudantes brasileiros que visitara Portugal em 1933 merecera a principal manchete do *Diário de Notícias*, seguida de uma longa reportagem na qual afloram as relações afetivo-históricas. Na recepção aos recém-chegados o representante português disse que “o grito do Ipiranga separou apenas politicamente os nossos dois países, porque a amizade entre portugueses e brasileiros mantém-se cada vez mais estreita, cada vez mais forte”²¹. Isso equívale ao que diria quase 30 anos mais tarde o cardeal Cerejeira ao celebrar a missa campal no promontório de Sagres, por ocasião das festas henriquinas, tendo como assistente o presidente brasileiro Kubitschek: “O Brasil é filho de Portugal. E quando ele atingiu a maioridade, o coração de Portugal ficou dividido em dois”²².

Além das homenagens prestadas por várias entidades portuguesas, os estudantes foram recebidos pelo presidente da República, ressaltando-se sempre a amizade e a afetividade entre esses “dois povos que falam a mesma língua [e] são como dois amigos que não se vêem, mas apenas se escrevem”.

Esse discurso afetivo-histórico assume, às vezes, uma conotação ingênua e subserviente. Quando se prestou uma homenagem a Negrão de Lima, no Rio de Janeiro, por ter sido indicado embaixador do Brasil em Lisboa, disse ele: “Jornalistas e outras pessoas têm-me perguntado qual é o meu programa de trabalho para Lisboa, o que vou fazer lá. A todos tenho respondido com uma frase que agora repito: vou amar Portugal”²³.

A tese da afetividade histórica, durante o governo de JK, assume um discurso nacionalista com um conteúdo ideológico conservador que se ajusta perfeitamente à estratégia do regime salazarista. Tanto os *cosmopolitas* como os *nacionalistas* brasileiros assimilam a afetividade histórica por diferentes razões. Enquanto os primeiros aproveitam para se aproximar eleitoralmente das camadas sociais influenciadas pelas ativas

²⁰ A segunda fase começou no início do século XX e se prolongou até meados dos anos 1950, de acordo com o historiador da diplomacia portuguesa José Calvet de Magalhães. Entrevista concedida ao autor. Lisboa, 29 mar. 2001.

²¹ A Embaixada Acadêmica Brasileira. *Diário de Notícias*, Lisboa, 20 out. 1933, p. 1 e 4.

²² CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 2, 8 ago. 1960.

²³ *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1, 17 out. 1959.

comunidades portuguesas espalhadas pelo país e apoiar a manutenção das colônias ultramarinas dentro de uma estratégia de proteção do Atlântico Sul diante do avanço do comunismo internacional, os segundos aceitam o discurso da afetividade histórica como uma variante inofensiva das elites brasileiras, já que sua principal preocupação se dá nas relações do Brasil com os Estados Unidos e não com Portugal. Obviamente que os nacionalistas condenavam, sem muita ênfase, o regime autoritário salazarista, porém essa complacência só se rompe com o caso do asilo ao general Humberto Delgado e a intransigência do governo português em concedê-lo. A partir daí, o discurso da afetividade histórica passa a ser denunciado como contemporizador de uma aliança espúria entre os governos brasileiro e português²⁴.

Quando convidado para visitar Lisboa, ainda na condição de presidente eleito, Kubitschek exaltou o aspecto afetivo-histórico ao dizer que “visitar Portugal é para o brasileiro rever o próprio lar. A minha visita é a visita de um filho ao pai. É com emoção que mais uma vez vou contemplar os velhos monumentos que assinalam na História do Mundo a hora solar do povo lusitano. Em nome do Brasil, saúdo a raça heróica que descobriu a minha pátria, abrindo para o mundo uma imensa forja de trabalho e civilização”²⁵. E uma vez em Portugal exalta o destino comum das duas nações, já que se torna “difícil saber onde termina a história de Portugal e começa a nossa vida, onde os nossos Reis se separaram e depois são os mesmos”.

Por ocasião das festas henriquinas, o *Diário de Notícias* deu um amplo destaque ao presidente Kubitschek, sua família e sua comitiva, já que o mandatário brasileiro participava na condição de co-anfitrião. As relações luso-brasileiras ocuparam o espaço principal desse jornal durante dez dias²⁶. A saudação do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Horácio Lafer, expressa bem o clima afetivo-histórico dos dois governos:

A visita a Portugal do presidente Kubitschek, no momento em que o grande povo lusitano comemora o V centenário da morte do infante D. Henrique, é mais uma demonstração dos fortes e indissolúveis laços de amizade que unem os povos brasileiro e português. É, por assim dizer,

²⁴ GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade**: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek. 1994. 2 v. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 371-372.

²⁵ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1, 5 jan. 1956.

²⁶ Algumas das manchetes exaltando as relações entre os dois governos: *O povo de Lisboa prepara-se para receber em apoteose o presidente do Brasil* (3 de agosto); *Lisboa alinda-se para receber o presidente do Brasil* (5 de agosto); *Um grande acontecimento para duas pátrias irmãs* (6 de agosto); *Apoteoticamente, com alegria e entusiasmo, a população de Lisboa festejou ontem a chegada do presidente do Brasil* (7 de agosto); *A comunidade luso-brasileira é indestrutível* (8 de agosto). O *Diário de Notícias* de 7 de agosto dedicou cinco páginas integrais ao assunto “a visita do presidente do Brasil”.

não o encontro de duas pátrias, pois Brasil e Portugal estarão sempre unidos, mas a junção das homenagens e do entusiasmo de dois grandes povos a um dos seus mais gloriosos antepassados. O povo brasileiro sente-se orgulhoso em poder mandar o seu presidente da República a Lisboa, como seu máximo representante, ao berço da sua civilização, para, com os portugueses, reviver os brilhantes dias da nossa história, da nossa cultura, da nossa glória. Em vésperas de pisar o solo da pátria de Pedro Álvares Cabral, de D. João, do padre Antônio Vieira e de tantos outros nomes ilustres da raça lusa que tanto deram ao Brasil, eu saúdo emocionado o povo português²⁷.

A entrevista concedida ao *Diário de Notícias* por JK também exalta a afetividade entre os dois países: “Encaro com o maior otimismo o futuro da comunidade luso-brasileira [porquanto] os laços que unem a mãe a um filho jamais se podem quebrar”. Ao se referir sobre as relações políticas, disse que “o Tratado de Amizade e Consulta corresponde às mais íntimas aspirações dos dois povos”²⁸.

Na realidade, essa recepção apoteótica ao presidente brasileiro tinha pelo menos quatro objetivos principais: a) o da gratidão pelo apoio concedido a Portugal nas Nações Unidas, já que naquele organismo internacional o Brasil chegara a prejudicar os seus próprios interesses em favor dos da metrópole colonial; b) o da consolidação de uma política externa brasileira que fosse favorável à estratégia ultramarina portuguesa e que os futuros governos se sentissem impossibilitados de alterar; c) o da exemplificação ao mundo de mais um sucesso de uma colonização lusitana; e d) o da solução parcial dos problemas econômicos portugueses, caso alguns países utilizassem a arma do mercado para pressionar Portugal na direção da descolonização.

O discurso da afetividade histórica, a exemplo do ideológico, sofre seus primeiros abalos com a posse de Jânio Quadros na Presidência da República²⁹ e a conseqüente formulação de sua nova política externa, qualificada de *preocupante* pelo embaixador português no Brasil. No exato momento da posse de Quadros, a administração brasileira encontra o primeiro problema diplomático entre os dois países: o caso do navio Santa Maria. Enquanto o governo português esperava que o grupo que havia seqüestrado a embarcação para chamar a atenção do mundo sobre o regime ditatorial salazarista, uma vez

²⁷ LAFER, Horácio. Ao povo português. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1, 3 ago. 1960.

²⁸ KUBITSCHKE, Juscelino. Entrevista. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1 e 2, 5 ago. 1960.

²⁹ Jânio Quadros, na condição de candidato eleito, passara por Lisboa e mantivera um encontro com grupos de oposição. Ao mesmo tempo se negara a ser recebido pelos representantes oficiais, sendo este um ato de grande significado. “Isso é muito mal visto pelo governo português, mas que granjeia enorme popularidade nos meios da oposição”. ROSAS, Fernando. A Europa, os Estados Unidos e o Brasil de JK apoiaram a ditadura de Oliveira Salazar. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano xi, n. 26, fev. 2002. Entrevista concedida ao autor. Lisboa, 25 jun. 2001.

em águas territoriais brasileiras, fosse imediatamente detido, por seu turno o chanceler Afonso Arinos declarava que o incidente se resolveria “dentro do rigor de todas as prescrições do direito internacional”, para logo em seguida conceder a Henrique Galvão e aos seus o direito de asilo com o estatuto de refugiado político. O *Diário de Notícias*, temeroso e pouco afeito a críticas a qualquer governo conservador, reproduz com destaque um editorial do jornal *O Globo*³⁰ onde se podia ler que “não é admissível que Galvão e os seus sequazes conspiram contra Portugal à sombra da generosidade do Brasil”. E o texto transcrito diz que “Galvão e os seus homens não se podem valer das nossas tradições de generosidade para conspirar, em território brasileiro, contra o regime português. Se o fizerem, além de menoscabarem a proteção do Brasil, colocarão o Governo em posição difícil perante Portugal, ameaçando as esplêndidas relações que sempre mantivemos com a nação lusa, em cujos problemas internos não podem interferir os brasileiros nem o seu presidente”³¹. Dias mais tarde, e sempre com destaque, o *Diário de Notícias* reproduz um artigo, dessa vez do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, onde se lê que o “Brasil não aceita e não admite tornar-se cúmplice de qualquer ato hostil a Portugal.”

Já na sua posse no Itamaraty, Arinos havia declarado que “o Brasil é um país pacífico ou melhor ainda um país pacifista, disposto a contribuir para se solucionarem, pacificamente, todos os litígios internacionais”. Afirmou depois que o Brasil goza de uma posição privilegiada para servir de intermediário entre o mundo africano e as potências ocidentais, já que há uma “ausência de preconceitos, quer quanto a raças, quer quanto a

³⁰ *O Globo* e os *Diários Associados* sempre prestaram apoio aos interesses portugueses. Quando havia necessidade de se contrapor a qualquer denúncia feita contra o regime salazarista, a diplomacia lusitana recorria principalmente a estes dois meios de comunicação. Roberto Marinho, proprietário do primeiro, fora condecorado pelo governo português e Assis Chateaubriand, dono do segundo, escrevera uma série de artigos, durante os anos 1950 e 1960, defendendo a manutenção do *status quo* colonial. Em um de seus trabalhos, Chateaubriand critica de maneira deselegante e grotesca a *política externa independente* de Quadros e reafirma a idéia de que o Brasil só poderia permanecer “ao lado do governo de Lisboa para sustentar a linha do presidente Salazar, ou seja, que Portugal não tem colônias no Ultramar, porém, províncias do seu sistema unitário. Esta é a forma de conservar a nossa influência na África, deixando Portugal onde os nossos interesses sejam comuns”. A Presença do Brasil no Ultramar Português. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 28 abr. 1963.

O embaixador Manuel Rocheta, ao avaliar a cobertura da imprensa brasileira sobre os conflitos coloniais em Angola, diz que os “Diários Associados bem como [O] Globo têm firmado posição favorável e espero o mesmo do Jornal do Brasil que já melhorou sensivelmente [a] apresentação [do] noticiário. [O] Diário Carioca mudou radicalmente [sua] orientação após intervenção direta do Presidente Kubitschek (sic) que solicitei”. Tratava-se, obviamente, de JK já na condição de ex-presidente. Telegrama da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro (secreto). Referências Estrangeiras à Política e Administração Ultramarina Portuguesa. MNE, 21 jun. 1961.

³¹ Tradições de generosidade (editorial), **O Globo**, citado pelo **Diário de Notícias**, Lisboa, p. 1, 9 fev. 1961.

cores. O presidente Quadros deseja que o seu Governo estabeleça relações diplomáticas com os Estados do Mundo que manifestam desejos de manter relações pacíficas com o Brasil, respeitando a sua organização jurídica e social”³².

Sempre no uso da mesma tática, o oficioso *Diário de Notícias* começa a mostrar preocupação com a nova linha seguida pela política externa brasileira, transcrevendo para suas páginas, entrecortadas por comentários, as críticas publicadas no Brasil. A política externa de Quadros, com características de neutralidade, de descolonização e de aproximação comercial do leste europeu, é um dos temas tratados.

3. *Razões de ordem eleitoral*

As comunidades portuguesas, nos mais diversos países do mundo, eram estimuladas pela diplomacia de Lisboa a se organizarem para defender os seus interesses e os de Portugal. Tanto que não apenas os estatutos, mas até estratégias de atuação, eram submetidos ao Palácio das Necessidades, que por sua vez tudo fazia chegar ao presidente do Conselho de Ministros. Muitas dessas comunidades dispunham de veículos de comunicação, hospitais beneficentes, clubes recreativos e de futebol, sistema de *lobbies*, concessão de títulos honoríficos e outros mecanismos para envolver as autoridades do país no apoio ao governo lusitano.

A emigração portuguesa funcionava como uma espécie de distensão para as crises internas do regime salazarista. A economia, ainda voltada para o agrarismo, não absorvia toda a mão-de-obra que chegava ao mercado. Desse modo as colônias ultramarinas, bem como um conjunto de países, entre eles o Brasil, suportavam essa carência econômica. De acordo com o Censo de 1950, viviam no Brasil 310.261 portugueses, dos quais naturalizados brasileiros somente 26.595, enquanto o número de brasileiros em Portugal era de 3.780. Já em 1954 a colônia portuguesa é calculada em 615.400 pessoas, das quais 300.000 pertencem ao Distrito Consular do Rio de Janeiro e 250.000 ao de São Paulo³³. Este número é muito significativo se levarmos em conta que o montante de portugueses emigrados no mundo estava em torno de 900.000³⁴.

³² ARINOS, Afonso. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 5, 3 fev. 1961.

³³ **Boletim Anual da Junta da Emigração – 1954**, Ministério do Interior, Casa Nun’Álvares Gouveia, Lisboa, p. 72.

³⁴ *Ibidem*, p. 67.

Em maio de 1957 o deputado Celso Peçanha apresentou à Câmara Federal um Projeto de Lei que concedia o direito de voto aos cidadãos portugueses residentes no Brasil, desde que preenchendo determinadas condições, tais como morar no país há mais de cinco anos, ter como cônjuge um brasileiro ou uma brasileira, viver há mais de dez anos, mesmo sendo solteiro ou ter filhos nascidos no país. Caso fosse aprovado o referido projeto, ter-se-ia uma equiparação de direitos políticos entre brasileiros e portugueses, ressalvadas algumas exceções, como a de votar mas não ser sufragado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 300.000 portugueses estariam em condições de votar, o que daria um grande poder político à já organizada comunidade lusitana.

A tabela 4 mostra a evolução do movimento emigratório para o Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek relativamente à emigração portuguesa total.

Tabela 4

Emigração portuguesa durante o governo de JK

Ano	Emigração total	Emigração para o Brasil	Percentagens
1956	27. 017	16. 814	62,3
1957	35. 356	19. 931	56,4
1958	34. 030	19. 829	58,4
1959	33. 458	16. 400	49,0
1960	32. 318	12. 451	38,6

Fonte: **Boletim da Junta da Emigração** – 1960, Ministério do Interior, Porto, 1961, p. 99.

O baixo número de emigrantes verificado em 1960 se deveu à desvalorização da moeda como também a problemas de transporte, já que centenas de portugueses se viram impossibilitados de embarcar. Tanto que nos primeiros meses do ano seguinte houve um aumento de emigrantes. No entanto, a partir de 1963 a França ultrapassa o Brasil (38% por 28% do total de emigrados) e a Europa se torna um pólo mais atrativo para os trabalhadores portugueses.

Essas comunidades, na sua expressiva maioria, votavam nos candidatos que se posicionassem favoráveis à defesa dos interesses salazaristas no além-mar. Chegavam a se manifestar publicamente, por meio de anúncios em jornais, pedindo votos em favor de determinadas pessoas que haviam apoiado as comunidades luso-brasileiras. Como possuíam um espírito de corpo muito forte³⁵ e grande parte dos seus integrantes trabalhava no comércio mantendo contato diário com outras pessoas³⁶, Juscelino tinha os olhos postos em tais comunidades e nos seus comendadores. Como tencionava voltar a candidatar-se à Presidência em 1965, era muito importante manter durante todo o seu governo um bom relacionamento com o regime salazarista.

As comunidades portuguesas também trabalhavam muito ativamente na difusão da cultura lusitana por meio da divulgação de seus autores clássicos, de sua ideologia expansionista marítima, de suas datas históricas, de seus costumes, de suas danças, de suas músicas e de sua culinária. A fidelidade à pátria distante se manifestava, muitas vezes, de forma emocional e dramática ao proclamar que, “quando Portugal ou os seus governantes sofrem qualquer ataque, imediatamente se apresentam, prontos para sua defesa em todas as circunstâncias. Tem sido sempre assim e assim será sempre. Que não nos esqueçamos nunca que temos de conservar a qualquer preço, incluindo a própria vida, a histórica herança que os nossos maiores nos legaram e que fizeram a golpes de destemor e de

³⁵ Vejam-se alguns nomes de suas associações: Legião Portuguesa 28 de Maio, União Portuguesa Oliveira Salazar, Liga dos Combatentes da Grande Guerra e Obra de Assistência ao Português Desamparado.

³⁶ Os imigrantes portugueses não buscavam o trabalho agrícola, para não ficarem presos às condições, nada satisfatórias, da vida rural. Os próprios agricultores que saíam de Portugal, uma vez no Brasil, tentavam outras profissões. Isso fazia com que os jornais perguntassem até quando o governo brasileiro deixaria a porta aberta a esses falsos agricultores que passam a explorar o comércio nos principais centros do país. Ao contrário do que acontecia com as demais comunidades estrangeiras, diz José Hermano Saraiva, os portugueses do Brasil não criaram duradouras empresas econômicas, com raras exceções. Boletim Anual da Junta da Emigração – 1954, Ministério do Interior, Casa Nun'Álvares Gouveia, Lisboa, 1956, p. 56.

audácia”³⁷. E sacralizavam a idéia de pátria e as figuras do governo e do embaixador. Sempre que acontecia alguma catástrofe pública ou data significativa, lançavam mão de campanhas publicitárias passando a imagem de uma solidariedade com os menos afortunados. O Natal dos flagelados pela estiagem do Nordeste ou dos soldados portugueses em guerra contra os africanos era lembrado com regularidade.

Muitas dessas comunidades se apresentavam com nomes luso-brasileiros, mostrando uma integração com a cultura e a história do novo país, tendo no entanto os mesmos objetivos de sempre: angariar a simpatia e o apoio em favor dos interesses do governo português.

Isso as credenciava como instituições preocupadas com o bem comum da sociedade e mudava a sua imagem não muito favorável durante a primeira fase das relações entre os dois países.

4. Razões de ordem religiosa³⁸

A Igreja Católica, de modo especial a sua alta hierarquia, viveu um longo período de ajuda mútua com o Estado Novo. O cardeal patriarca de Lisboa – D. Manuel Gonçalves Cerejeira –, que fora colega de Salazar no Seminário Diocesano de Viseu (1900-1908), embora denominasse tais relações de *harmoniosas*, desempenhou um papel fundamental nesse pacto de dominação cívico-religiosa³⁹. Mais de uma vez, ambos os *príncipes*, um da Igreja Católica e o outro da Presidência do Conselho de Ministros, tentaram mostrar alguma divergência pública exatamente para diluir a acintosa união entre os dois poderes. No entanto, não é isso o que demonstram os documentos trocados entre eles. Mesmo quando discordavam de métodos e conteúdos, o fascínio pela manutenção do poder os unia.

Em uma missiva dirigida a Salazar, quando este estrategicamente se retirara para seu povoado natal ao término da Segunda Guerra Mundial e mostrava-se publicamente abatido, Cerejeira encaminha em anexo um trecho de uma carta da Irmã Lúcia – a *vidente*

³⁷ LAGE, Aventino Fernandes da Silva (discurso do presidente da Federação das Associações Portuguesas). A fidelidade da colônia portuguesa à pátria distante. **Voz de Portugal**, Rio de Janeiro, 22 out. 1961.

³⁸ As razões de ordem religiosa poderiam ser inseridas no item ideológico. No entanto, optei por uma numeração a parte, tendo em vista sua relevância.

³⁹ Alguns denominaram o regime de clerical-fascista, enquanto outros o chamavam de nacional-catolista.

de Fátima⁴⁰ –, comentando que aquelas referidas linhas deverão “levar-te muita consolação e confiança”, já que se trata de uma “indicação divina” (sic). Diz o texto da Irmã Lúcia que “Salazar é a pessoa por Ele (Deus) escolhida para continuar a governar a nossa Pátria, (. . .) a ele é que será concedida a luz e graça para conduzir o nosso povo pelos caminhos da paz e da prosperidade”. E continua a explicitar que “é preciso fazer compreender ao povo que as privações e sofrimentos dos últimos anos não foram efeito de falta alguma de Salazar, mas sim provas que Deus nos enviou pelos nossos pecados”⁴¹.

Esse pacto de dominação interessava a ambos. Se à Igreja Católica Salazar oferecia a reposição de um estatuto perdido na I República (a Concordata), a restauração de um ambiente propício aos tradicionais valores cristãos e o fim do anticlericalismo do regime anterior, por sua vez esta mesma Igreja garantia ao presidente do Conselho de Ministros bases políticas, sociais e ideológicas para a fundação e manutenção do Estado Novo. Essa colaboração mútua, instrumentalizada de acordo com os interesses de cada um deles – Salazar necessitando do apoio político dos católicos, e Cerejeira defendendo-se de um possível regresso ao anticlericalismo –, cria uma interdependência entre os dois poderes. Isso serviu durante quase 40 anos à propaganda do nacional-catolicismo, esmagando por um lado a oposição ao regime e por outro a luta contra os privilégios eclesiásticos.

Tanto que o cardeal celebra um solene *Te Deum* pelas bodas de prata da entrada do presidente do Conselho para o governo, e por sua vez o *premier*, juntamente com todo o seu alto escalão, participa das comemorações dos 25 anos de cardinalato do patriarca de Lisboa.

⁴⁰ A diplomacia portuguesa procurou dar visibilidade internacional a Fátima, principalmente a partir do final dos anos 1930, já que o culto a ela se tornara vantajoso para o regime salazarista. A Senhora da Cova da Iria passara a ser, então, o escudo contra o *perigo vermelho* que rondava Portugal, quer por meio da Guerra Civil Espanhola (em 13 de maio de 1938 uma grande peregrinação celebra a vitória dos franquistas), quer através do segundo conflito mundial (Portugal se mantivera oficialmente em posição neutral); passara a ser também a padroeira da Guerra Fria na luta contra uma Rússia atêia; a protetora dos soldados que partiam para a guerra colonial contra a África; e a abençoadora do Estado Novo nacional-católico. Veja-se a respeito REIS, Bruno Cardoso et alii. Fátima e o poder. **Revista de História**, Lisboa, ano xxii, n. 29, p. 14-46, out. 2000.

Quanto à forte exploração anticomunista de Fátima, o próprio Papa João XXIII se manifestara contrário, em um encontro com o embaixador português António Faria, no Vaticano. Ao relatar a conversa para seu chefe imediato em Lisboa, diz o diplomata: “[O] Santo Padre falou de Fátima e aludiu [a] conveniência [de] não se tentar fazer dizer Irmã Lúcia, atualmente [no] convento [de] Coimbra, mais do que ela estaria em condições de dizer (isto a propósito [de] referências por vezes feitas a eventuais atitudes [da] Rússia relacionadas com pretensas declarações em que se mencionava [a] data [de] 1960) matéria esta muito delicada que exigia toda prudência”. Telegrama da Embaixada Portuguesa no Vaticano (confidencial). MNE, 7 de julho de 1961.

⁴¹ AN-TT/AOS, 13 nov. 1945.

Quando o secretário-geral adjunto da Anistia Internacional visitou Portugal para colher informações sobre presos políticos, foi então recebido pelo cardeal Cerejeira, que reafirmou que a Igreja e o Estado eram duas entidades separadas e que não havia controle daquela sobre a política. No entanto, comprometia-se em levar a Salazar informações sobre a ansiedade do mundo exterior em relação ao tratamento de prisioneiros no país⁴².

Tão habituado estava o governo a receber apoio da Igreja que quando Paulo VI decide ir a Bombaim – Índia –, por ocasião do Congresso Eucarístico Internacional, o ministro dos Negócios Estrangeiros fez duras críticas a essa visita, já que Portugal acabara de perder para a União Indiana parte de suas colônias. Alguns padres, principalmente ligados à hierarquia, rebateram essa interferência do governo, o que suscitou inúmeros “autos de declarações” da PIDE⁴³.

No entanto, para compensar essa ida a um país que estava de relações rompidas com Portugal, o Papa concedeu ao santuário de Fátima a *Rosa de Oiro*, posteriormente o visitou e deixou de ir a Goa, território ocupado *manu militari* pelo exército indiano. Nessas negociações o cardeal Cerejeira desempenhou um papel proeminente entre o Papa e Salazar, remetendo a este cartas afetuosas de Roma, onde participava do Concílio Vaticano II, e pedindo compreensão para a ida do representante da Santa Sé à Índia, já que se tratava de uma visita breve e eminentemente religiosa. Mesmo assim, sendo de difícil escolha, perguntava Cerejeira: “Senti há dias, tratando com o Papa, o que é o martírio de ser o Vigário de Cristo. Conhecerão os portugueses o teu? Estou de joelhos junto de ti, rogando a Deus te assista com a sua luz e graça”⁴⁴.

Em resposta ao seu amigo Cerejeira, Salazar diz que

Em Roma talvez não se conheça a dificuldade e grandeza do esforço realizado por este regime, desde que de algum modo sou responsável pela marcha da causa pública, para assegurar à Igreja Católica um regime que lhe desse possibilidade de expansão. Aí mesmo no Vaticano pensa-se muito democracia-cristã, pensa-se liberalismo, permite-se progressismo. Deus não permita que eu venha a ver o resultado de tais doutrinas e atitudes em Portugal. Desde o liberalismo que os católicos experimentaram alguma coisa e desde a implantação da República, com o seu jacobinismo, muito mais. Se a Igreja apóia o regresso, é que não quer agora santos, prefere mártires⁴⁵.

⁴² Primeiro Relatório da Anistia Internacional sobre Portugal. Jornal **Público**, Lisboa, ano XII, n. 4.087, p. 3, 28 maio 2001.

⁴³ AN-TT/AOS, p. 7.

⁴⁴ AN-TT/AOS, 16 out. 1964.

⁴⁵ AN-TT/AOS, 21 out. 1964.

As intervenções do governo português, em relação à atuação da Igreja Católica, quase sempre teve por referência a questão colonial. O subvencionamento do culto e do clero pelo Estado, assim como a expulsão de padres e freiras que questionassem o processo colonial, são apenas dois exemplos de como o regime salazarista mantinha um severo controle dos trabalhos religiosos no país e no ultramar. Franco Nogueira, ao fazer um *relato de conversa* que tivera com o Núncio Apostólico Mons. Fustenberg, comenta que perguntara ao representante da Santa Sé que destino teria sido dado a um *memorandum* entregue na Secretaria do Concílio por organizações terroristas anti-portuguesas “contendo as mais atrozes acusações e alegações contra Portugal”. Ao que o embaixador do Vaticano respondeu prontamente que, “apenas soubera do caso, se precipitara para a Secretaria do Concílio e sustara a circulação do *memorandum*”. E concluiu dizendo que “só uns três ou quatro prelados tiveram conhecimento do fato. Tudo se passara discretamente e o caso não tivera a menor repercussão no Concílio”⁴⁶.

Nesse mesmo *relato de conversa* o embaixador do Vaticano trata do assunto do Bispo do Porto, contando ao ministro dos Negócios Estrangeiros que se havia empenhado junto àquele Prelado, como também o fizera o cardeal Cerejeira, com a finalidade de que o mesmo renunciasse a sua diocese. Como não conseguisse demover D. António Ferreira Gomes, que pelo contrário continuava com sua atuação política e ademais muito bem informado de tudo o que acontecia nas ditaduras ibéricas, falou que o mesmo dava a impressão de que não “se acha[va] em estado perfeitamente normal”. Ao que Salazar sublinhou com seu lápis azul esta afirmativa. Portanto, é o próprio representante oficial do Vaticano a cunhar de demente um de seus bispos que ousara questionar o autoritarismo do governo, no afã de agradar ao regime⁴⁷.

Por fim, Nogueira falou ao Núncio que a “descolonização”, tal como estava sendo praticada, significaria a morte do cristianismo na África. E a verdade histórica “é que só pela mão do Ocidente se tem o Cristianismo expandido pelo Mundo”.

Em outra conversa com o embaixador do Vaticano, Franco Nogueira reclama de uma foto onde aparecem três pessoas conversando, sendo uma delas o Arcebispo de Leopoldville, a outra o Núncio Apostólico no Congo e, por fim, Holden Roberto, este último considerado um terrorista pelo governo de Lisboa. Ao que o diplomata do Vaticano,

⁴⁶ Conversa com o Núncio Apostólico (secreto). AN-TT/AOS, 10 dez. 1962.

ao olhar novamente a foto, comentou: “em todo o caso, repare que os Bispos mostram a maior circunspeção”⁴⁸.

Esse *relato de conversa*, aparentemente sem grande importância, revela o grau de dependência e servilismo do embaixador do Vaticano diante do chefe da diplomacia portuguesa. Na verdade, a Santa Sé apreciava o trabalho de Salazar por considerá-lo um “homem providencial que viera para salvar Portugal do abismo em que ia despenhar-se”.

Foi ao mais alto representante da hierarquia dessa Igreja conservadora portuguesa – o cardeal Cerejeira – que Juscelino fez dois convites: a) para que assumisse a função de seu *apresentante*, isto é, padrinho na cerimônia de concessão do título de doutor *honoris causa* na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, e b) para que celebrasse a missa inaugural de Brasília.

Quando desembarcou no Rio de Janeiro para dar seguimento ao segundo convite, foi recebido como chefe de Estado por Kubitschek, já que representava oficialmente o Vaticano. Não apenas desfilou em carro aberto pelas ruas da cidade ao lado do presidente como também “repicaram os sinos do Rio para o Cardeal Cerejeira”⁴⁹. Por sua vez, o *Príncipe* da Igreja exalta o Brasil e JK, diz que “este é que merecia ter as mãos beijadas”, numa espécie de retribuição aos mesmos elogios feitos algum tempo antes pelo cardeal Câmara a Salazar, quando de sua visita a Lisboa pela inauguração do monumento a Cristo-Rei.

Em Brasília, JK homenageia o Patriarca de Lisboa e diz que “olhamos para Vossa Eminência com a mesma filial devoção e o mesmo calor com que os criadores do mundo de língua portuguesa – os mesmos que abriram as portas dos mares nunca dantes navegados e estenderam a Fé de Cristo – contemplavam os Pastores missionários que tornaram completa a conquista das terras com as conquistas das almas”⁵⁰.

Esse discurso religioso conservador de JK aparece em um outro momento, quando agradecia as palavras do presidente Américo Tomás na sua visita a Portugal. Juscelino avaliava que “a grande crise do Ocidente consiste na descrença, que dia a dia vai

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Conversa com o Nuncio Apostólico (secreto)*. AN-TT/AOS, 3 out. 1963.

⁴⁹ **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 abr. 1960.

⁵⁰ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1960.

aumentando, da fé nos valores que nós próprios defendemos. Não há causa que subsista sem que haja fé nos seus postulados, nas suas finalidades, nos seus fundamentos”⁵¹.

Portanto, as relações do presidente JK com essa Igreja portuguesa conservadora inevitavelmente complementar a uma relação no mesmo nível com o regime, já que ambos tinham uma estratégia comum de dominação. Além do mais, a própria esposa de JK, Dona Sara, estimulava tais ligações, pois em sua visita a Portugal, mais especificamente a Fátima, para pagamento de promessas relativas à saúde de sua filha, afirmava que fora uma honra estar com Salazar, podendo observar “que se trata duma excepcional personalidade política, como é opinião de meu marido. É um grande estadista”⁵². Tudo isso foi amplamente divulgado pelos jornais e aproveitado para estreitar os laços entre os dois países.

⁵¹ KUBITSCHKEK, Juscelino. Discurso. **Diário de Notícias**, Lisboa, p. 1-2, 8 ago. 1960.

⁵² KUBITSCHKEK, Sara Entrevista. **Voz de Portugal**, Rio de Janeiro, 6 set. 1959.